

Judicialização da medicina: entre a proteção do paciente e a segurança do exercício profissional

03/06/2026

Nos últimos anos, a judicialização da medicina deixou de ser um fenômeno pontual para se tornar uma realidade cada vez mais presente no cotidiano de profissionais da saúde, instituições e pacientes.

O aumento das demandas judiciais envolvendo tratamentos, procedimentos, medicamentos e alegações de erro médico revela uma mudança na forma como a sociedade busca solucionar conflitos relacionados à assistência à saúde.

A Constituição assegura o direito à saúde como garantia fundamental. Por isso, o Poder Judiciário é frequentemente acionado para decidir sobre acesso a tratamentos, fornecimento de medicamentos de alto custo e cobertura de procedimentos pelos sistemas público e privado.

Embora essa atuação seja importante para a proteção dos direitos dos pacientes, ela também impõe desafios relevantes à gestão da saúde e ao exercício da medicina.

Paralelamente, cresce o número de ações de responsabilidade civil e de representações ético-profissionais. Em muitos casos, complicações inerentes aos tratamentos são interpretadas como falhas assistenciais, exigindo dos profissionais documentação rigorosa e comunicação clara com os pacientes.

A medicina é baseada em evidências, mas não é uma ciência exata. Mesmo quando os protocolos reconhecidos são seguidos e as melhores práticas são adotadas, resultados adversos podem ocorrer.

Por essa razão, é essencial diferenciar riscos inerentes aos tratamentos e eventos previsíveis de situações efetivamente caracterizadas por negligência, imprudência ou imperícia.

Nesse contexto, o prontuário médico assume papel central. Registros completos, consentimento informado adequadamente documentado e uma relação médico-paciente pautada na transparência são instrumentos fundamentais para a segurança jurídica de todos os envolvidos.

A judicialização da medicina deve ser analisada com equilíbrio. De um lado, representa um mecanismo legítimo de acesso à Justiça e de proteção dos direitos dos pacientes. De outro, exige cautela para que decisões judiciais não substituam critérios técnicos e científicos que orientam a prática médica.

O desafio contemporâneo é construir um ambiente em que a defesa dos direitos dos pacientes caminhe ao lado da valorização da autonomia profissional, da evidência científica e da segurança jurídica.

Afinal, a confiança entre médico e paciente continua sendo um dos pilares mais importantes para a efetividade do cuidado em saúde.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-jun-03/judicializacao-da-medicina-entre-a-protecao-do-paciente-e-a-seguranca-do-exercicio-profissional/>

